Ata nº 015/2026 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Araruama – COMASO realizada em 10 de novembro de 2026.

Aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h (dez horas), na sede da Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SEPOL, situada na Rua Joaquim Andrade, nº 40, Centro, Araruama/RJ, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Araruama – COMASO. Estiveram presentes: a senhora **Cândida Maria Pereira do Carmo**, representante da Associação Pestalozzi de Araruama e Presidente deste Conselho; o senhor **João Carlos Bezerra Barboza**, Secretário Executivo deste Conselho; a senhora **Márcia Therezinha Rangel**, representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SEPOL; o senhor **Bruno de Souza Gários** e a senhora **Fernanda Carvalho Xavier** representantes da Secretaria de Administração – SEADM; o senhor **Leonardo de Oliveira** representando a Assistência Filantrópica a AIDS de Araruama – AFADA; o senhor **André Domingues Vieira** representando o Instituto ISIS; a senhora **Eliane Brum** representando a Secretaria de Fazenda e Planejamento – SEPLA; senhora **Michele Peixoto** representando o Projeto Cana Viva; a senhora **Flávia de Carvalho** representando a Associação São Benedito e a senhora **Renata Montes** representando o Lar Fabiano de Cristo. Verificado o quórum regimental, o Secretário Executivo solicitou autorização aos presentes para a gravação da reunião, destinada a subsidiar a elaboração da presente ata. Dando início aos trabalhos, foi concedida a palavra ao senhor André Domingues Vieira, que apresentou o histórico, a estrutura organizacional e as atividades desenvolvidas pelo Instituto ISIS – Instituto Silvestre de Ação Social. Informou que a instituição teve origem no município de São Pedro da Aldeia, no ano de 2018, a partir de iniciativas voltadas ao esporte e à inclusão social, destacando experiências anteriores de atendimento a aproximadamente 120 idosos e o desenvolvimento de atividades esportivas destinadas a crianças e adolescentes. Relatou que, posteriormente, a instituição passou a desenvolver suas atividades no município de Araruama, utilizando espaço situado nas dependências da antiga Fundação para a Infância e Adolescência – FIA, mediante autorização de uso concedida pela administração responsável. Esclareceu que atualmente são desenvolvidas atividades de alongamento para pessoas com idade superior a 45 anos e aulas de jiu-jitsu para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, além de outros projetos em fase de planejamento. Entre as iniciativas previstas, destacou oficinas destinadas às mães e responsáveis por crianças neurodivergentes, com o objetivo de proporcionar oportunidades de convivência, socialização e desenvolvimento de habilidades, bem como um projeto de capacitação em primeiros socorros básicos para unidades escolares, cuja implantação depende da conclusão da aquisição dos equipamentos necessários. Informou que os atendimentos são gratuitos e que a instituição conta com profissionais voluntários, desenvolvendo também ações de arrecadação de alimentos para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, mencionando o atendimento aproximado de doze famílias mensalmente. Durante a apresentação, o Secretário Executivo questionou os critérios utilizados para o ingresso das crianças e adolescentes nas atividades, especialmente quanto à realização de entrevistas e à existência de acompanhamento por profissional de Serviço Social. O representante esclareceu que a instituição contou anteriormente com a atuação de uma assistente social, atualmente afastada das atividades diretas em razão de sua permanência em outro município, e que o trabalho busca oferecer oportunidades de inclusão e proteção social por meio do esporte. Em seguida, a Presidente Cândida Maria Pereira do Carmo destacou a necessidade de análise criteriosa da documentação apresentada, observando especialmente a regularidade do funcionamento da instituição no município, a comprovação da autorização de utilização do imóvel, a formalização dos vínculos de voluntariado e a compatibilidade das atividades desenvolvidas com os requisitos necessários à inscrição no Conselho. Foi mencionada a apresentação de alvará municipal datado de 12 de agosto de 2026, bem como a necessidade de documentação que comprove

formalmente a cessão ou autorização de uso do espaço ocupado. A Presidente orientou, ainda, quanto à importância da formalização dos termos de voluntariado e da adequada documentação de eventuais ressarcimentos de despesas, a fim de prevenir irregularidades administrativas e trabalhistas. O conselheiro Bruno de Souza Gários também apresentou questionamentos sobre a composição da equipe, a organização institucional e os documentos necessários à comprovação das atividades. Durante as discussões, foi ressaltada a necessidade de observar as exigências dos demais conselhos de direitos competentes, considerando o atendimento realizado a crianças e adolescentes. Ao final, ficou indicado que a documentação apresentada deverá ser analisada, com solicitação de eventuais complementações e posterior realização de visita técnica à instituição, antes de qualquer deliberação sobre o pedido de inscrição. O representante do Instituto ISIS agradeceu as orientações recebidas e colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos e apresentar os documentos necessários. Na sequência, o Secretário Executivo comunicou ao plenário duas novas ações do Programa Laços, desenvolvidas pela Subsecretaria Municipal de Assistência Social, previstas para os dias 19 e 27 de novembro de 2026. Informou que a primeira ocorrerá na Escola Municipal Prodígio, no bairro Prodígio, e a segunda na Escola Municipal Pastor Alcebíades, no bairro Sobra. Esclareceu que o programa vem realizando atendimentos descentralizados nos bairros do município, priorizando localidades mais distantes e buscando cumprir o cronograma estabelecido para o exercício. Destacou a participação de diferentes serviços e programas municipais, mediante articulação com a Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, que disponibiliza espaços escolares e apoio às atividades, bem como a realização de oficinas e ações voltadas aos estudantes e à comunidade. Mencionou, ainda, a participação da concessionária ENEL, por meio de ações relacionadas à substituição de lâmpadas. Os conselheiros tomaram conhecimento das informações apresentadas. Prosseguindo, o Secretário Executivo informou a existência de seis processos de prestação de contas relacionados às organizações da sociedade civil parceiras, mencionando o Projeto Cana Viva, o Lar Fabiano de Cristo e a Associação Pestalozzi de Araruama. Destacou a necessidade de análise da documentação pelas instâncias competentes do Conselho, solicitando a colaboração dos conselheiros, especialmente dos representantes da sociedade civil, para o exame dos processos. Foi mencionada a possibilidade de apoio técnico durante a análise documental. Ressaltou-se a importância da participação dos membros do Conselho no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados às entidades. Os processos permaneceram para análise, não havendo, nesta reunião, deliberação conclusiva quanto à aprovação ou rejeição das respectivas prestações de contas. Aberta a palavra aos presentes, a Presidente Cândida Maria Pereira do Carmo manifestou preocupação com a demora na publicação do chamamento público destinado ao fomento das organizações da sociedade civil, considerando a proximidade do encerramento do exercício financeiro e os possíveis impactos na continuidade dos serviços prestados pelas instituições a partir de janeiro de 2027. Ressaltou que os procedimentos administrativos necessários à celebração das parcerias demandam tempo para apresentação, conferência e regularização documental, podendo comprometer o planejamento financeiro das entidades caso não sejam concluídos oportunamente. Em resposta, o Secretário Executivo informou que, diante de questionamentos anteriormente apresentados pela AFADA, realizou contato com a senhora Mônica, Coordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, tendo recebido a informação de que o procedimento de chamamento público ainda se encontrava em fase preparatória. Esclareceu que a documentação anteriormente entregue pelas organizações teve caráter preliminar, voltado à verificação das condições de participação, não representando habilitação definitiva nem dispensando eventual apresentação de novos documentos quando da publicação do edital. Informou, ainda, que não havia recebido previsão oficial para a conclusão do procedimento ou publicação do chamamento. A Presidente reforçou a importância de as entidades manterem atualizadas suas certidões e demais documentos de regularidade, de modo a evitar impedimentos na formalização das futuras parcerias. O conselheiro Leonardo de Oliveira,

representante da AFADA, manifestou insatisfação com a demora dos procedimentos administrativos relacionados ao fomento das organizações da sociedade civil e relatou dificuldades enfrentadas pela entidade para obtenção e apresentação de documentos exigidos durante a tramitação de seu processo. Informou que a instituição buscou esclarecimentos junto a diferentes setores da administração municipal e que, diante da ausência de solução considerada satisfatória, levou a situação ao conhecimento dos órgãos competentes, inclusive do Ministério Público. Destacou que a preocupação da entidade está relacionada à continuidade dos atendimentos prestados à população em situação de vulnerabilidade social, afirmando que as medidas adotadas tiveram por finalidade resguardar os interesses institucionais e dos respectivos usuários. Durante a discussão, foram mencionados questionamentos sobre os critérios e prazos utilizados nos procedimentos de formalização e continuidade das parcerias, bem como sobre a situação das instituições que permaneceram recebendo recursos. A Presidente esclareceu que as dificuldades relatadas pelo representante da AFADA não decorreram de deliberação impeditiva do COMASO, fazendo referência à tramitação administrativa e à análise jurídica dos processos. O Secretário Executivo ressaltou que as questões particulares das instituições podem ser encaminhadas aos órgãos competentes, mas que a atuação dos conselheiros no COMASO deve observar o interesse coletivo, a responsabilidade institucional e as atribuições de acompanhamento, fiscalização e controle social da política municipal de assistência social. Destacou, ainda, a importância da participação regular dos representantes nas reuniões, independentemente de eventuais divergências administrativas, tendo em vista a necessidade de manutenção do quórum e do funcionamento efetivo do colegiado. O representante da AFADA reconheceu a importância da atuação do Conselho e reiterou sua preocupação com a transparência e a regularidade dos procedimentos relacionados aos recursos públicos. Ainda durante as discussões, a Presidente Cândida Maria Pereira do Carmo reiterou a necessidade de revisão dos valores destinados ao fomento das organizações da sociedade civil, destacando que os repasses permanecem sem reajuste há aproximadamente cinco ou seis anos, apesar do aumento significativo dos custos operacionais das instituições, especialmente despesas com alimentação, energia elétrica, manutenção e demais serviços essenciais. Ressaltou que a defasagem compromete a capacidade de atendimento e o equilíbrio financeiro das entidades, defendendo que o próximo chamamento público contemple a possibilidade de atualização dos valores e de ampliação do atendimento a outras organizações e segmentos da assistência social. Foi mencionado que, em tratativas anteriores com a gestão municipal, havia sido sinalizada a possibilidade de avaliação dessas medidas. O assunto permaneceu registrado como preocupação das entidades representadas no Conselho, sem deliberação quanto a valores ou critérios de reajuste. A conselheira Michele Peixoto apresentou questionamentos relacionados à estrutura administrativa das organizações da sociedade civil, especialmente quanto à obrigatoriedade de profissional de Serviço Social na equipe, à duração dos mandatos das diretorias e à possibilidade de remuneração de integrantes dos conselhos fiscais. Durante a discussão, foram mencionadas diferenças entre os estatutos das instituições, cujos mandatos variam conforme suas respectivas disposições estatutárias. A conselheira manifestou preocupação com a previsão de mandatos de seis anos, considerando os períodos usualmente adotados por outras entidades, e ressaltou a necessidade de esclarecimentos sobre os requisitos legais e estatutários aplicáveis. O Secretário Executivo orientou que os questionamentos fossem formalizados para possibilitar análise posterior, considerando a legislação pertinente e os documentos constitutivos de cada organização. Não houve deliberação conclusiva sobre a matéria. Na parte final da reunião, foi solicitado esclarecimento sobre o andamento da implantação da Residência Inclusiva no município. A senhora Márcia Therezinha Rangel informou que as obras de adequação do imóvel destinado ao serviço já haviam sido concluídas, encontrando-se pendente a disponibilização do mobiliário necessário ao início do funcionamento. Durante a conversa, também foram mencionadas questões relacionadas à localização e às condições de acessibilidade do imóvel, bem como a necessidade de distinguir a Residência Inclusiva, vinculada à política de

assistência social, da Residência Terapêutica, vinculada à política de saúde. Os conselheiros tomaram conhecimento das informações, não havendo deliberação específica sobre o assunto. Concluídas as manifestações e não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Cândida Maria Pereira do Carmo, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Araruama – COMASO, agradeceu a presença e a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, a senhora **Cândida Maria Pereira do Carmo** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, **João Carlos Bezerra Barboza**, Secretário Executivo deste Conselho, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada na forma regimental.

Araruama, 10 de novembro de 2026.

CÂNDIDA MARIA DO CARMO
Presidente do Conselho

JOÃO CARLOS BARBOZA
Secretário Executivo - COMASO